



Diagnóstico do mercado de trabalho

A fim de elaborar um amplo diagnóstico sobre a situação da categoria, o Grupo de Trabalho "Mercado de Trabalho", do IAB/SP, está preparando uma pesquisa entre os arquitetos. O questionário será enviado a todos os profissionais paulistas no próximo mês de agosto e se constituirá num verdadeiro censo.

O "Diagnóstico do Mercado de Trabalho do Arquiteto" analisará, inclusive, onde estão trabalhando os arquitetos e quais suas condições de trabalho. Pág. 3.

Tem início o debate eleitoral no Sindicato

Qual o papel do sindicato dos arquitetos? O que a categoria espera de sua entidade sindical e como ela deve ser organizada? Quais suas atribuições na defesa da categoria, na luta pela ampliação do mercado de trabalho?

Abrindo o debate eleitoral, Jon Maitrejean, presidente do SASP, Alfredo Paesani, presidente da FNA, e Cesar Lourenço, presidente do IAB/SP, falam sobre os problemas e perspectivas para a entidade. Páginas 8 e 10.

Começam preparativos para Congresso da UIA

O IAB/SP promoveu uma série de palestras sobre o "Homem e Meio Ambiente" a fim de levantar dados preliminares para a elaboração da tese brasileira a ser apresentada no Congresso da União

Internacional de Arquitetos, a se realizar na Polónia em 81. Noticiário do encontro e informações sobre o concurso para estudantes nas páginas 6 e 7.

Arquitetos podem ter dissídio salarial?

Há muito que os arquitetos assalariados aspiram pelo dissídio coletivo para regulamentar suas relações e condições de trabalho. Como contribuição ao debate publicamos entrevista do advogado Francisco Lopes, do SARJ, sobre o assunto. Página 12.

Protestos contra forma de regulamentação da profissão do técnico de nível médio

Todas as entidades de arquitetos — IABs, Sindicatos e Federação Nacional dos Arquitetos — estão mobilizadas

contra a tentativa de dar aos técnicos de nível médio algumas atribuições privativas de profissionais universitários. Na pág. 5 o protesto do IAB/SP.

Lei do Zoneamento terá seminário e debate

O Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo, após a realização de uma mesa redonda na sede da entidade resolveu promover um seminário sobre o assunto, que está provocando inúmeras controvérsias. Página 5

Crise em Taubaté coloca em debate situação do ensino

A crise que afetou (e ainda afeta) o funcionamento da Faculdade de Arquitetura de Taubaté colocou, de forma clara, a fragilidade das relações entre os corpos docentes e as entidades mantenedoras. Página 4.

O caso de Guarulhos

Sr. Editor

Ao ler a matéria intitulada "Em Guarulhos professores conseguem reintegração de demitidos", publicada neste jornal, no seu número 68 de abril de 80 na seção "Ensino", fui surpreendido com um texto onde necessários se fazem alguns reparos na medida em que muitos dos conceitos ali expostos não correspondem ao meu pensamento e outros ainda invertem mesmo os conteúdos que pretendi colocar:

1. Jamais me referi ao antigo diretor da FAUFBA avaliando seus conhecimentos de arquitetura. Apenas salientei que a troca de um diretor não arquiteto por um arquiteto corresponde a dois momentos igualmente importantes para a escola: um primeiro momento, com a indicação do prof. Aldo Tahan, a mantenedora acentuava a necessidade de organização e estruturação funcional e burocrática da sua faculdade de arquitetura, culminando esse processo com a construção de seu prédio próprio. O segundo momento, com a homologação da indicação feita pelos departamentos do nome do professor Kneese de Mello, parece-me apontar o desejo da mantenedora de iniciar um novo estágio de desenvolvimento para a faculdade, com ênfase na criação de melhores condições de ensino.

2. Nunca me referi aos meus antigos mestres como "fazedores de bico" na universidade, o que seria um absurdo e uma ingratidão. Quis, isso sim, salientar aspectos de uma mudança (para pior) no caráter de nossas atividades enquanto arquitetos — professores, fruto em parte do aumento da importância dessa atividade na base da remuneração geral percebida por todos nós. Daí então a perda progressiva de nossas condições de ensino ao sermos obrigados a assumir um número excessivo de aulas, viagens,

várias faculdades etc., o que prejudica o nível possível dessas aulas. Daí a necessidade de compreendermos essa transformação, tentando equilibrar coletivamente (através de uma associação de arquitetos — professores) aquilo que perdemos individualmente.

3. Finalmente, se em algum momento referi-me ao professor Artigas ou Paulo Mendes da Rocha, foi exatamente no sentido de exemplificar o conteúdo acima. Realmente seria muito difícil imaginá-los correndo, durante a semana, as várias faculdades de arquitetura do Estado, de ônibus, carro, carona etc., e ao mesmo tempo terem tido a importância que tiveram e têm na formação de tantas "gerações" de arquitetos. É evidente que a principal base econômica de todos esses nossos professores não era a universidade, o que não implica que, por isso, eles não tenham a ela dedicado o melhor de seu tempo e de suas vidas. Além, ao professor Artigas (e muitos dos meus alunos poderão testemunhar), sempre me referi e me refiro como ao maior arquiteto brasileiro vivo e ao melhor e mais querido professor que tive em toda a minha vida.

Gostaria finalmente de estranhar que este artigo dê a impressão de basear-se exclusivamente em minhas afirmações, quando sei que vários colegas meus foram procurados e também colaboraram com seus depoimentos. Assim sendo, peço-lhe, em função dos embaraços que tenho sofrido, que esta carta seja integralmente publicada o mais rápido possível nesse seu conceituado jornal.

Aguardando suas providências,
Despeço-me atenciosamente,

Roberto Franklin Rondino

São Paulo, 30 de maio de 1980.

DOB-SOM
O SOM PERSONALIZADO

Toca fitas e Amplificadores

Rádios para automóveis

Desconto de 10% para
estudantes de arquitetura e
arquitetos

Rua Des. Armando Fairbanks, 280
(próximo da Cidade Universitária)
Tel.: 212-0151

Abertas inscrições para o prêmio Henrique Mindlin 80

O Espaço Arquitetônico Brasileiro dos Últimos 20 anos e a Formação Profissional do Arquiteto é o tema deste ano para os trabalhos concorrentes ao prêmio Arquiteto Henrique Mindlin, promovido pelo Instituto Roberto Simonsen. O primeiro classificado na categoria profissional receberá 70 mil cruzeiros e o primeiro da categoria estudante, 35 mil cruzeiros. A categoria profissional é destinada a arquitetos, individualmente ou em equipes e a categoria estudantes, a alunos regularmente matriculados nos dos últimos anos de seu curso. O prêmio Henrique Mindlin tem como principal objetivo estimular a pesquisa e trabalhos em profundidade. Os originais devem ser entregues até o dia 31 de agosto e as inscrições podem ser feitas na secretaria do Instituto Roberto Simonsen, via-duto Dona Paulina 80, 5.º andar, sala 513.

arquiteto/sp

Jornal do IAB/SP e Sindicato de Arquitetos/SP

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo e Projeto Editores Associados Ltda. As matérias publicadas não refletem obrigatoriamente o ponto de vista das entidades.

Editado por Projeto Editores Associados Ltda. Redação, Publicidade e Administração, Rua Cindereia, 62 - Tel. 210-3937, CEP 01455 - São Paulo, distribuição gratuita a todos os sócios do IAB/SP e SASP. Assinatura anual: Cr\$ 150,00.

SASP

Presidente: Jon Andoni Vergareche Maitre-jean; Vice-presidente: Lúcio Gomes Machado; Diretor-secretário: Celso Júlio; 1.º Tesoureiro: Idal Feferbaum; 2.º Tesoureiro: João Clodomiro Browne de Abreu; Diretora: Maria Giselda Cardoso Visconti; Diretores Suplentes: Carlos Alberto Tauil, Nelson Trezza, Paulo Celso Dei Picchia, Therezinha Benevicius, Olair Falciorli de Camilo, Gil Mendes Coelho e Melo; Conselho Fiscal: Ricardo Chaim, Teru Tamaki, Sérgio Teperman, Zelma Cincotto, Moto Tsubouchi, Luiz Cláudio Villares (Suplentes); Representantes: Alfredo S. Paesani, Geraldo Vespaziano Puntoni; William Munford, Jorge Osvaldo Caron (Suplentes).

IAB-SP

Presidente: César Bérgrstrom Lourenço; 1.º Vice-presidente: Araken Martinho; 2.º Vice: Sérgio Zaratini; 3.º Vice: Ubirajara P. Fontes; Secretário Geral: Christina de Castro Mello; 2.º Secretário: Neyde A. Jorppert Cabral; 1.º Tesoureiro: José Eduardo Tibiriça; 2.º Tesoureiro: Cleber J. Bonetti Machado; Diretores: Antonio Carlos Carneiro; José de Almeida Pinto, Roberto Saruê, Joan Villa, Helena Ayoub Silva, Sérgio Luiz Bianco; Conselho Fiscal: Ernesto Theodor Walter, Henrique Bianchini Filho, José Sales Costa Filho; Conselho Superior: José Carlos Ribeiro de Almeida, Renato Nunes, Ruy Gama, Paulo Bastos, Pedro Taddei Neto, Jon Maitrejean; Suplentes: Ubirajara Gilioli, Eurico Prado Lopes, Marta Tanaka, Walter Maffei; Vitalícios: Fábio Penteado, Ícaro de Castro Mello e Eduardo Kneese de Melo.

Jornal ARQUITETO

Editor: Vicente Wissenbach; Diretor Responsável: Fábio Penteado; Publicidade: Luiz Carlos Onaga, Adail R. Motta, Rita de Castro Sobral (assistente); Diretor Adjunto: arq. Sérgio Teperman; Comissão Editorial: Lúcio Gomes Machado, Helena Ayoub da Silva, Cristina de Castro Mello; Editoria: Silvia Penteado, Cláudio Leite Pinto, Caléria Salles, Paulo Caruso (ilustrações), Eliana Tumolo, Micheline Lagnado (arte); oFolitos: Ponto; Composição: Linotipadora Godoy Ltda; Impressão: Garilli Ltda.; Produção: Projeto Editores Associados Ltda.

ANO IX — N.º 70 — Julho 80

Censo vai dizer o que pensam os arquitetos

Em agosto, você receberá um questionário. Não deixe de respondê-lo e devolvê-lo.

No início de agosto, praticamente todos os arquitetos do Estado de São Paulo estarão recebendo em suas casas ou locais de trabalho um questionário a respeito de sua formação, sua atividade profissional, sua opinião a respeito do mercado de trabalho. Esses questionários fazem parte de um diagnóstico que está sendo elaborado pelo GT Mercado de Trabalho, do IAB-SP, em colaboração com o SASP e o CREA, com o objetivo de traçar um perfil sócio-político-econômico do arquiteto.

"Existe atualmente uma tendência da categoria ao assalariamento. É um dado que se pressente mas sobre o qual não se tem dados concretos. Por isso, tem muita gente que simplesmente não acredita nisso. Com o diagnóstico esperamos obter uma resposta definitiva", explica Enrique, um dos membros do GT. "Além disso, é através do perfil do arquiteto que poderemos destrinchar o atual mercado de trabalho, um mercado altamente incoerente se se considerar a carência de habitação que existe no Brasil, de um lado, e a oferta de trabalho restrita, de outro".

O objetivo do diagnóstico é ser o mais abrangente possível e para isso estão sendo utilizados, para envio dos questionários, os registros no CREA, pois ali estão todos os arquitetos diplomados. "Acreditamos que chegaremos a pelo menos 94% dos arquitetos do Estado aos quais pedimos encarecidamente que respondam e nos enviem os questionários de volta. Para facilitar e não haver desculpas, enviamos cada questionário com porte pago — é só responder, dobrar e pôr numa caixa do correio — e as respostas podem ser anônimas para ninguém se sentir comprometido. O diagnóstico tentará também detectar o problema da formação do arquiteto, se o curso que fez atende realmente suas necessidades profissionais. Isso será feito através de um cruzamento de perguntas que envolve o curso e a escola que fez e o tipo de trabalho que exerce. "Como se sabe, o ensino de arquitetura é essencialmente dirigido ao profissional liberal. Quando o indivíduo sai da escola e não consegue ter seu próprio escritório e tem de trabalhar numa empresa como assalariado, ele muitas vezes se sente frustrado. Esse é um dos dados que pode nos dar respostas sobre o tipo de formação profissional", explica Márcio, membro do GT.

Outra intenção desse diagnóstico é revitalizar as entidades da categoria pois conhecendo o caminho que a profissão está tomando, as entidades podem ter uma representatividade mais clara. "O sindicato de arquitetos, por exemplo, tem como

seu principal problema atualmente definir suas atividades. Por outro lado, a própria categoria, desunida, não tem consciência sindical, não percebem a força que um sindicato pode ter se for representativo. Por isso, a própria Federação Nacional de Arquitetos pretende levar esse diagnóstico a nível nacional."

Segundo Enrique, inicialmente a idéia era fazer um censo. Mas, durante o teste-piloto, ficou claro o problema pois um censo precisa ser abrangente, chegar a 100% da categoria e isso, por enquanto, não é possível. Então resolveram mudar o nome para Diagnóstico do Mercado de Trabalho do Arquiteto. "Mas a idéia de um censo não foi afastada. Se esta primeira experiência der certo, esse diagnóstico passará a ser anual e mais abrangente, então teremos um censo real. Essa idéia, aliás, foi encampada pelo sindicato, através do

Maitrejean que pretendia realizar um cadastramento profissional através do PIS-Pasep e de outras entidades que controlam os projetos. Mas, por serem empresas governamentais, em sua maioria, o acesso a essas informações nem sempre é possível. Então se tentará chegar aos mesmos resultados através de diagnósticos anuais."

Mas, os dados levantados, por si só, vão mudar alguma coisa? "Por certo que não, principalmente enquanto a categoria não se unir em torno do problema. Por isso, tentaremos uma conscientização da categoria através de debates abertos, onde todos poderão apresentar suas contribuições, se manifestar."

O grupo de trabalho Mercado de Trabalho se reúne todas as terças-feiras, às 20h30, na sede do IAB e está aceitando adesões.

Reunião dos Grupos de Trabalho

Com reuniões semanais, quintas-feiras às 19:30 horas, na sede do IAB, vem sendo desenvolvida uma proposta de dinamização do IAB/SP, em relação à assistência aos associados.

Nesse sentido, um grupo de trabalho está procurando levantar e definir as necessidades reais da categoria e, a partir daí, traçar um plano de ação que atenda às aspirações do profissional.

Inicialmente, está sendo elaborado um **Caderno**, definindo o papel do IAB, desde sua fundação até hoje.

Bolsa de emprego, cooperativa de material, assessoria jurídica, centro de documentação/biblioteca circulante, centro de informações sobre zoneamento ou legislação, programação cultural (exposições, palestras, debates, cinema), integração IAB/FAUs, assistência ao recém-formado, são itens já levantados pelo Grupo de Trabalho, que vem estudando a viabilidade e programação dos mesmos.

Dentro dessas perspectivas, convidamos os interessados a participarem conosco dos trabalhos.

GT Política Urbana

Reunindo-se na sede do IAB-SP todas as quintas-feiras, às 20h30, o Grupo de Trabalho de Política Urbana discute atualmente o uso dos rios na cidade de São Paulo, sua degradação e formas possíveis de recuperação. "Nós estamos trabalhando há apenas três semanas", explica um dos membros do grupo, "e temos encon-

trado dificuldade em conseguir subsídios para nossas discussões. Por isso, nosso primeiro objetivo será a organização de um ciclo de debates com especialistas no assunto, realizado no segundo semestre, ainda sem data marcada."

A idéia de discutir esse problema dos rios de São Paulo surgiu a partir do trabalho que vem sendo desenvolvido pela associação de bairro do Ipiranga, que tem comissões que discutem periodicamente o assunto. "Pensamos então trazer a discussão para dentro do IAB para tentar levar subsídios a esse trabalho." As discussões do GT ainda estão em fase de definição da abrangência do assunto. No momento, pretendem levantar um histórico da bacia hidrográfica de São Paulo, mostrando como foi feita a intervenção, quais os aspectos negativos e positivos dessa intervenção, se os rios dessa bacia tem recuperação possível, em quanto tempo e como seria feita a recuperação, razão.

"Atualmente, um dos problemas que estamos tentando levantar é o real papel da barragem Edgard de Souza nas enchentes de São Paulo. As opiniões são bastante contraditórias e por isso pretendemos iniciar um estudo sério e profundo sobre o assunto, seguido de debates abertos."

GT Habitação

O plano habitacional e a tecnologia utilizada em alguns conjuntos habitacionais edificadas na Zona Leste da cidade é o tema de estudo do GT de Habitação que se reúne todas as quintas-feiras, às 20 horas, na sede do IAB.

Crise em Taubaté revela deficiências no ensino

Com uma crise que já completou 4 meses e um impasse nas negociações entre professores e sociedade mantenedora, a FAU de Taubaté continua a funcionar, apesar de modo precário, uma vez que a direção da escola ainda não conseguiu substituir todos os 27 professores demitidos. É que os professores da escola conseguiram o apoio de 301 professores de arquitetura que, apesar de alguns terem sido convidados para dar aula em Taubaté, se negaram a substituir os colegas demitidos. Por isso, a sociedade mantenedora tem sido obrigada a recorrer a recém-formados, restando, no entanto, muitos cargos vagos.

No início da crise, que começou com a demissão de um professor de sociologia, seguido do pedido de demissão do chefe do Departamento de arquitetura, os professores da escola buscaram o apoio de várias entidades profissionais como a ABEA, o IAB, o Sindicato de Arquitetos, o IBP, a ADUSP, a Associação de Sociólogos, a Federação Nacional de Arquitetos, que acabaram se reunindo num comitê com a finalidade de melhor atuar no caso.

Com a criação do impasse nas negociações entre professores e sociedade mantenedora, esse comitê passou a agir mais intensamente, pretendendo tentar um diálogo com a mantenedora a fim de conseguir não só a readmissão dos professores mas também a manutenção da estrutura do curso que vinha sendo desenvolvido na escola até a crise. "Ao se formar a FAU de Taubaté, tinha-se por intenção maior a conquista de um espaço que, além de conceber o ensino como preocupação comum, permitisse o desenvolvimento de trabalhos úteis à população de todo o Vale do Paraíba, trabalhos esses que tinham como essência um caráter social onde estavam refletidos nossos interesses comuns", como explicavam os alunos, em carta aberta à população, divulgada em abril por seu centro acadêmico. E esses objetivos foram conseguidos graças a um esforço comum entre professores, alunos e o chefe do departamento, apesar das condições precárias oferecidas pela escola. Quando o novo currículo, elaborado a partir dessas preocupações, estava pronto, a biblioteca montada, professores e alunos foram surpreendidos por atos de arbitrariedade da mantenedora, que culminaram com o pedido de demissão do chefe do departamento e a demissão de vários professores.

Os professores saíram em busca de apoio de suas entidades profissionais e, na época, o IAB chegou a enviar circular a seus associados esclarecendo a situação e solicitando que caso recebessem qualquer tipo de proposta da escola de Taubaté, entrassem em contato com o instituto. "Na verdade, o IAB não pode impe-

dir, como não impediu, que alguns professores aceitassem essas propostas, mas deixou claro que viu, e ainda vê, atos como esse, como uma falta de consciência em relação à necessidade de se procurar lutar por melhores condições de ensino e de trabalho o que só é possível se houver realmente uma unidade muito grande na categoria", explica José Pinto, membro do comitê e diretor do IAB.

Segundo ele, o comitê, apesar de sua atuação junto à escola de Taubaté, pretende deslocar suas preocupações para todos os cursos de Arquitetura do Estado que, na sua maioria têm problemas não só nas questões de ensino mas também nas relações de trabalho. "Tentaremos estabelecer através do comitê uma certa fiscalização sobre que tipo de curso de arquitetura está sendo dado pois todas as entidades que compõem o comitê estão preocupadas com a formação profissional que nossas faculdades oferecem. Afinal, uma entidade profissional deve

iniciar suas preocupações justamente na qualidade da formação de seus profissionais."

Para José Pinto, a formação desse comitê é um passo importante na organização da sociedade civil frente ao arbítrio, "na medida em que entidades diversas como o IAB, a Associação de Professores, a Associação de Sociólogos estão unidas frente a determinadas posturas arbitrárias das mantenedoras. Isso demonstra que a sociedade civil não está mais disposta a aceitar esse tipo de atitude, partida dessas entidades ou do sistema em geral."

Todo o trabalho desenvolvido, todos os problemas levantados desembocarão, no segundo semestre, no Encontro de Professores em Faculdades de Arquitetura, que está sendo preparado pelo comitê nas suas reuniões de segunda-feira, às 20 horas, na sede do IAB. Essas reuniões estão abertas a quem quiser participar, quem quiser levar alguma contribuição.

Mercado de Trabalho

Neste número estamos iniciando uma nova seção que pretende veicular pequenos anúncios de emprego e pedido de emprego, buscando oferecer mais um serviço a nossos leitores. As ofertas e pedidos devem ser encaminhadas ao IAB.

— O —

Elizabeth Queiroz, arquiteta recém-formada, solicita vaga em escritório para qualquer tipo de projeto. Telefone: 70-0375.

— O —

O IAB-SP recebeu carta de Clara de Cruz Almeida, de Cape Town, África do Sul, solicitando estágio em escritório de arquitetura durante sua estada no Brasil através de uma bolsa de estudos recebida "por mérito" em design. Clara fala inglês e português, desenha, faz modelos. Ela estará no Brasil de agosto de 1980 a fevereiro de 1981.

Wagner Peixoto Bahr está à disposição para trabalhar em projetos de arquitetura ou comunicação visual. Telefone: 295-1819.

Arquiteto de Santos ganhou a viagem deste mês

Reinaldo dos Santos, de Santos, é o novo ganhador do concurso Viagens IAB-80, com o carnê número 6.681, equivalente ao quinto prêmio da Loteria Federal. O prêmio coube a Reinaldo porque o número equivalente ao primeiro prêmio da Loteria não correspondia a nenhum carnê (8.293) e do segundo ao quarto (4.406, 2.854 e 2.302), os carnês correspondentes não estavam quites com a tesouraria do instituto. Reinaldo irá a Belo Horizonte e Ouro Preto.

IAB-SP pede aceleração da criação do parque Yanomani

O IAB-SP enviou telegrama ao ministro do Interior, Mario Andreazza, no final de maio último, solicitando a aceleração dos encaminhamentos necessários à aprovação da criação do Parque Yanomani, "nos moldes do recente projeto da Funai, em área de extensão suficiente e contínua".

Programação e Aplicação de Calculadoras Programáveis

Em convênio com a FAUUSP e a Fundação de Pesquisa Ambiental, o IAB-SP iniciou no último dia 18 o curso Programação e Aplicação de Calculadoras Programáveis para Arquitetos. O curso, que está sendo dado na sede da antiga FAU, na rua Maranhão, 88, inclui uma introdução à programação, técnicas básicas de programação, técnicas mais avançadas, com exemplos práticos de desenho de perspectiva, cálculo de iluminação, cálculo de conforto acústico de ambientes. O curso termina no dia 4 de julho.

Agradecimentos

O IAB-SP agradece a colaboração da Quasar, que deu cobertura no curso de Sergio Ferro; ao professor Pfeiffer, pela cessão do auditório do MAC, para o mesmo curso; ao BNH, pela cessão de seu auditório para o curso de Racionalização das Construções.

IAB-SP protesta contra regulamentação da profissão de técnico de nível médio

O IAB-SP, através de cartas endereçadas ao ministro Murilo Macedo, do Trabalho, e ao presidente João Figueiredo, manifestou publicamente seu protesto contra a regulamentação da profissão de técnico de nível médio, por entender, entre outras coisas, que tal regulamentação poderá conflitar com a legislação em vigor, que "fundamenta e caracteriza nossa categoria profissional".

A manifestação do IAB/SP faz parte de uma campanha que está sendo desenvolvida pelas entidades de classe dos arquitetos em todo o país contra mais esta ameaça aos direitos da categoria. A seguir, a expedição de motivos da entidade paulista:

"O Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo tomou conhecimento, por notícias extra-oficiais, que por determinação de Vossa Excelência está sendo preparada, pelo Ministério do Trabalho, minuta de Decreto regulamentando Lei n.º 5.524/68, que dispõe sobre exercício profissional dos Técnicos de Nível Médio.

"Sabedores, da mesma forma, que tal minuta de Decreto pretende atribuir aos Técnicos em Edificações a responsabilidade pela elaboração e execução de projetos de residências com até 120 m², apresentamos nosso protesto contra tal pretensão, pelas seguintes razões:

1. Contraria regulamentação e atribuições profissionais dos arquitetos, constantes da Lei n.º 5.194/66 e 23.569/1933.

2. O curso de formação de Técnicos em Edificações não contém disciplinas técnicas e sociais capazes de constituir responsabilidades por projetos e obras daquela natureza.

3. Residências com até 120 m², constituem 90% desse tipo de edificação, projetadas e construídas no Brasil, constituindo importante mercado de trabalho do arquiteto, com grandes contingentes de subempregados e desempregados ou sem trabalho.

"Entendemos ser do interesse da sociedade em geral e dos Arquitetos em par-

ticular a pronta regulamentação do exercício profissional do Técnico em Nível Médio.

"Quanto aos Técnicos em Edificação, suas atribuições devem se ater aos princípios e conceitos expressos na Resolução 262 de 20 de junho de 1979, do CONFEA.

"Por derradeiro, Senhor Presidente, porque a pretendida regulamentação poderá conflitar com a legislação em vigor, que caracteriza e fundamenta nossa categoria profissional.

"Solicitamos que antes da promulgação do referido Decreto, por Vossa Excelência, seja assegurado que, sobre a matéria, tenham se ouvido as Entidades de representação dos profissionais de Nível Médio e a dos Arquitetos e Engenheiros e, nesse caso, especialmente o Instituto de Arquitetos do Brasil, a Federação Nacional dos Arquitetos, os Sindicatos dos Arquitetos, a ABEA — Associação Brasileira de Escolas de Arquitetos, o CONFEA e os CREAs."

Comissão de Zoneamento em debate no IAB-SP

Qual a efetiva representatividade de uma comissão técnica de zoneamento foi o principal ponto discutido na reunião realizada no último dia 10, na sede do IAB-SP, com a presença de representantes do Instituto e do IBP e do secretário-coordenador de Planejamento da prefeitura, Cândido Malta Campos. Convocada pelo IBP e pelo IAB-SP, a reunião visou, principalmente, preparar um seminário, que está sendo organizado pelos dois institutos para ampliar a discussão sobre a criação da comissão de Zoneamento, pretendida pelo prefeito Reinaldo de Barros.

Durante a reunião, Cândido Malta Campos leu, na íntegra, o texto do documento que cria a comissão que, depois de assinada por todas as entidades que a compõem, será encaminhada para aprovação na Câmara. Segundo o Secretário-coordenador da Cogep, essa comissão é um aprimoramento de um processo iniciado com a assessoria aos vereadores dada por um profissional, que se faz hoje. Esse papel será desempenhado, a partir de sua criação, por essa comissão formada por membros do IBP, do IAB, de associações de bairro, portanto, mais representativa dos interesses da comunidade.

Segundo Cândido Malta Campos, essa comissão faz parte da preocupação da prefeitura em abrir canais de comunica-

ção com a comunidade, preocupação que não se restringe a essa comissão; existem outras em formação. Há, por exemplo, os conselhos de bairro — existem 10 em funcionamento segundo o secretário-coordenador de Planejamento — que atualmente discutem o orçamento da prefeitura para o próximo ano, apontando prioridades na área de pavimentação, construção de escolas, creches. "A comissão de Zoneamento será um conselho mais técnico, que discutirá problemas mais complexos que escapam à preocupação diária da população como a lei do uso do solo, planejamento urbano etc".

Durante a reunião, Cesar Bergstrom Lourenço, presidente do IAB-SP, manifestou sua preocupação quanto à participação do Instituto, se ele representaria efetivamente as preocupações da categoria dos arquitetos. "Sinto que a categoria está um pouco alheia à problemática.

Então me pergunto se o nosso representante na comissão não acabará levando mais uma porção pessoal do que a de toda a categoria. Além disso, me pergunto se a criação dessa comissão não estaria mascarando um problema pois há o perigo de que sejam aprovadas coisas que não sejam do interesse real da comunidade, a partir da opinião dos membros da comissão".

Segundo Cândido Malta Campos, o objetivo dessa comissão é o estabelecimento de critérios básicos para o tratamento político do problema do zoneamento, critérios esses essenciais porque não existe na população a consciência da importância do patrimônio cultural ou ambiental.

Para Jorge Wilhelm, a criação dessa comissão, mesmo imperfeita, mesmo correndo os riscos de não representar a opinião de toda a categoria, de toda a comunidade, é altamente positiva pela possibilidade de participação que oferece.

"É um canal de comunicação da comunidade que não se deve rejeitar apenas porque ele é imperfeito. Ele pode ser ampliado, aperfeiçoado. Além disso, não podemos esquecer que atualmente o zoneamento é um dos instrumentos que o executivo dispõe para transformar a cidade em contraposição aos instrumentos muito mais fortes de que dispõem os outros, os especuladores imobiliários, por exemplo".

Participaram da reunião, além de Cesar Bergstrom Lourenço, Jorge Wilhelm, Cândido Malta Campos, Samuel Spiegel, Flávio Vilaça, Ubirajara Fortes, Luiz Carlos Costa, Carlos Lemos, José Salles, Roberto Saruê e Helena Ayoub Silva. O seminário sobre o assunto está sendo organizado pelo IBP, sendo oportunamente divulgado.

Os preparativos para o XIV Congresso da UIA

Um ciclo de conferências e debates, com a participação de especialistas como Aziz Ab'Saber, Paulo Vanzolini, José Serra e Mário Schenberg, foi promovido no final de maio pela comissão do IAB-SP encarregada de elaborar a tese paulista sobre o tema do XIV Congresso da UIA, A Arquitetura, o Homem e o Meio Ambiente. Essa tese, que será levada à reunião do Cosu, vai se juntar a de outros Estados para a formação da tese brasileira a ser apresentada no Congresso que se realizará em Varsóvia.

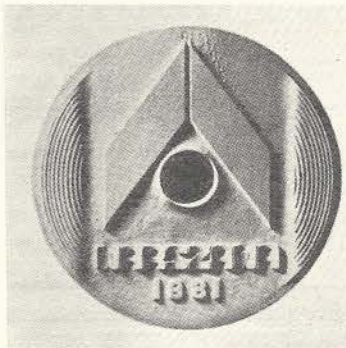
O ciclo de conferências foi apenas o primeiro passo para a elaboração da tese que, segundo Cesar Bergstrom Lourenço, presidente do IAB-SP, "será um trabalho longo, que exigirá aplicação bastante grande de nossa parte e de todos os interessados. Este ciclo teve como principal objetivo identificar as linhas mestras, as linhas básicas do pensamento dos nossos cientistas, dos nossos professores universitários com relação à apropriação do meio ambiente no Brasil".

Para o segundo semestre deste ano, a comissão pretende avançar no seu trabalho promovendo mais um ciclo de debates, voltado especificamente para os aspectos da arquitetura e da apropriação do espaço e da urbanização em suas relações com o meio ambiente. A comissão reúne-se todas as quintas-feiras, às 18 horas, na sede do IAB e aceita adesões.

Os Grupos de Trabalho da UIA

Enquanto no IAB-SP a comissão de tese preparava a contribuição paulista à tese brasileira, em todo o mundo, os membros dos grupos de trabalho da própria UIA aceleram suas discussões. O GT Planificação Urbana e Rural, coordenado por J. H. Calsat, da França, solicitou recentemente a seus membros materiais monográficos sobre "Planificação das aglomerações existentes a fim de satisfazer as necessidades de infra-estrutura e melhorar as condições de vida"; "Criação de aglomerações novas"; e "Reestruturação das aglomerações existentes a fim de evitar emigrações".

Já o GT Habitat, coordenado por A. G. Rochegov, da URSS, prepara informes sobre "Problema do habitat nos países em vias de desenvolvimento"; "Problemas do habitat nos países com incremento rápido da substância perdurável de habitações"; "Problemas do habitat nas condições de reestruturação necessária das residências existentes". O GT Esporte, Recreação e Turismo, coordenado por J. Kwiecinski, da Polônia, elabora informes sobre "Arquitetura-Recreação-Meio Ambiente"; "Formação do entorno para a recreação nos conjuntos habitacionais"; "Problemas de formação e proteção do entorno para as necessidades de recreação nos terrenos industrializados e urbanizados."



O GT Espaços Escolares e Culturais, coordenado por J. Michael, da Grécia, escolheu o tema "Arquitetura-Homem-Meio Ambiente e os Problemas de espaços culturais e escolares"; o de Construção e Industrialização, coordenado por J. Duret, da Suíça, levará um trabalho sobre "O Habitat no centro da cidade"; o de Lugares de Trabalho e Espaços Comerciais, coordenado por L. Arnoth, da Hungria, trará um informe sobre "Nova integração de edifícios industriais, administrativos e comerciais na cidade"; o de Serviços Médicos, coordenado por J. Sahl, da RFA, levará o tema "Humanização da proteção à saúde e dos Hospitais".

Eventos Integrados

A seção da SARP de Lodz, o museu da Cidade e o Museu de Arte Moderna estarão promovendo dias 22 e 23 de junho de 1981 um seminário internacional sobre "Tradição — Modernismo. Confrontações e Inspirações", dedicado aos problemas de reconstrução da continuação da cidade como entorno espacial e cultural do homem. Informações podem ser obtidas com Andrzej Owczarek, SARP- Lodz, 90-418, Lodz, Al. Kosciuszki 33, Polônia.

Já em Wroclaw, a SARP, o museu de arquitetura e o Instituto de História da Arquitetura e Arte da Politécnica organizam entre 6 de junho e 6 de setembro de 1981, no museu de arquitetura da cidade, uma exposição e seminário sobre a Arquitetura Internacional TERRA 2. Para o evento foram convidados 564 autores e grupos, representantes de 36 países, além de 85 destacados profissionais de outras especialidades como economistas, jornalistas, escritores, físicos, antropólogos, a quem foi pedida breve opinião por escrito sobre TERRA 2. Maiores informações no Museu de arquitetura de Wroclaw, TERRA 2, 50-156, Wroclaw, ul. Bernardynska 5, Polônia.

O trabalho de revalorização do centro de Cracóvia, que vem sendo realizado há já

alguns anos com efeitos notáveis, será mostrado aos participantes do congresso pela Seção de Cracóvia da SARP.

Programa de Participação-Subscrição

A UIA acaba de lançar o Programa de Participação-Subscrição que põe à disposição de particulares, instituições e firmas comerciais e profissionais, por uma taxa de subscrição nominal, o Boletim de Informação da UIA, informações sobre as publicações, reuniões, conferências internacionais e acesso às fontes de informação próprias da entidade. Outra vantagem oferecida pelo Programa é a inclusão do participante-subscritor na lista da UIA que será utilizada por ocasião da escolha de indivíduos ou firmas em condições de participar dos programas internacionais como concursos, peritos consultores, conferencistas ou como participantes ativos de seminários internacionais e grupos de trabalhos da UIA. Os interessados devem escrever para Union Internationale des Architectes - 51, rue Raynouard - 75016 - Paris.

Expo-Arch 1981

A tradicional mostra que acompanha os congressos da UIA terá desta vez como tema O Entorno de Residências em Unidades Novas e Reconstruídas. A exposição terá lugar no Palácio da Cultura e da Ciência de Varsóvia, de 15 a 21 de junho de 1981. Poderão participar representantes de Seções Nacionais ou Grupos de Trabalho com, no máximo, 10 painéis fotográficos mostrando edifícios ou unidades habitacionais construídas ou 30 slides 24x36 mm/5x5 cm. Os painéis fotográficos devem ter 100x100 cm, inflexíveis e pesando o mínimo possível. Já os desenhos gráficos devem ter uma margem superior de 15 cm para anotações dos organizadores; margem direita de 15 cm para informações da seção nacional em duas ou quatro das línguas oficiais da UIA (inglês, francês, espanhol e russo) e na margem superior direita um quadrado de 15x15 cm com o número do painel. O prazo de entrega dos trabalhos é 1.º de fevereiro de 1981, endereçado à SARP - Organizing Committee of XIV UIA Congress, Foksal 2 - 00-950, Warsaw- Poland.

Convite a Paulo Bruna

O arquiteto Paulo Bruna recebeu convite do comitê de organização do XIV Congresso para apresentar um relatório durante o Congresso. O convite, segundo Bruna, partiu de indicação do vice-presidente da UIA, arq. Pedro Ramirez Vasquez, tendo sido confirmado pelo presidente do comitê de organização, arq. Stanislaw Jankowski. Paulo Bruna aceitou o convite e já enviou o resumo, para efeito de publicação, do seu trabalho que aborda o estudo de um caso a nível de macro-região: A Região Metropolitana de São Paulo.

Concurso Internacional para Estudantes: Inscrições Até Setembro

"Reabilitação de um pequeno conjunto em um meio degradado" é o tema do concurso Internacional de Trabalhos Estudantis a ser realizado paralelamente ao XIV Congresso da UIA, em Varsóvia. Segundo seus organizadores, quando as condições de participação foram enviadas a 773 escolas superiores de Arquitetura em todo o mundo, a lista dos prêmios ainda não estava pronta. Esse dado, acrescido do tema considerado difícil, levou muitos a crer que não haveria candidatos. Mas, para surpresa geral, até 15 de abril de 1980, já se havia anunciado a participação de 360 trabalhos de 123 escolas superiores da Argentina, Brasil, Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia, Tchecoslováquia, Egito, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, França, Inglaterra, Guatemala, Holanda, Hong-Kong, Hungria, Índia, Irlanda, Israel, entre muitos outros.

Da lista de prêmios atualmente já se conhecem os seguintes: Unesco — 4 mil dólares; Associação dos Arquitetos Japoneses — prêmio vocacional Kenzo Tange — 2.600 dólares; RIBA, Instituto Real de Arquitetos Britânicos — 500 libras; Instituto de Arquitetos da África do Sul — 750 dólares; Academia de Arquitetura da França — 5 mil francos; Conselho Ile de France — 4 mil francos. Além desses, há ainda os prêmios de estágios e bolsas oferecidos pelas seções Nacionais de Arquitetos da Bulgária, Tchecoslováquia, Espanha, RDA, Polônia e URSS.

O grande interesse despertado se deve também à possibilidade dos 20 melhores grupos, selecionados por um júri internacional em janeiro de 1981, participarem da segunda etapa do concurso que prevê, entre 5 e 14 de junho de 1981, a realização de um seminário dedicado ao projeto e atividades didáticas, na universidade de arquitetura de Varsóvia e, depois, a participação no Congresso.

Os interessados têm até dia 1.º de setembro de 1980 para enviar as inscrições e até 30 de novembro de 1980, o prazo máximo para envio dos projetos. Os trabalhos devem ser enviados em lâminas de 100x100 cm em número máximo de 6.

paisagismo
projeto
execução
fone-67-35-22
são paulo
monette monteil



Eventos internacionais

Habitation 80

A Associação Nacional dos Arquitetos Suecos celebra o 50.º Aniversário da Feira de Estocolmo com uma exposição de idéias sobre as formas de viver, hoje e no futuro. A exposição conta com um programa especial de verão, onde estão sendo apresentados temas como: Habitação — tecnologia e energia; Habitação e Arquitetura — as moradias, os prédios e a paisagem.

Local: Estocolmo, Suécia
Período: 25.05.80 - 19.09.80

Seminário de Arquitetura e Planejamento Urbano

O Seminário está sendo organizado pela Associação de Arquitetos Finlandeses e terá a duração de 6 dias. A língua oficial do seminário é o inglês e a inscrição é grátis.

Local: Espoo, Itaniemi - Finlândia
Período: 26.08.80 - 31.08.80

Assembléia do Conselho Iberoamericano de Associações de Arquitetos — CIANA

O Conselho Iberoamericano de Associações de Arquitetos realizará sua reunião

ordinária no próximo mês de novembro, em data a ser fixada, em Buenos Aires, Argentina. O mês de novembro foi escolhido tendo-se em vista a possibilidade de participação no Congresso Internacional de Defesa do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico que se realizará naquele mês em Buenos Aires.

VI Assembléia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios — ICOMOS

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios — ICOMOS — fará realizar sua Assembléia Geral em várias cidades italianas. Uma primeira parte da Assembléia terá lugar em Roma, depois o grupo será dividido em 4 subgrupos que participarão dos seguintes temas: a) Doutrina (Bari) — Doutrina da conservação e restauração dos monumentos e sítios históricos; b) Materiais (Florença) — Conservação de materiais, aplicação de pesquisa científica para restauração; c) Estrutura (Verona) — Aplicação de pesquisa científica e tecnologia para análise e consolidação da estrutura arquitetônica; d) Profissão (Roma) — Organização de administração de salvaguardas, inventários e treinamentos profissionais.

Local: Roma
Período: 25 a 30 de maio de 1981

Eleições: categoria precisa participar do debate



Qual o papel do Sindicato dos Arquitetos? Quais suas atribuições na defesa da categoria, na luta pela ampliação do mercado de trabalho? Quais as relações entre número de escolas, ofertas de vagas e mercado de trabalho? Que força e representatividade devem ter os arquitetos assalariados no sindicato? Como se define um sindicato de profissionais liberais? Quais as mudanças que estão propondo em relação às atribuições profissionais e ao salário mínimo da categoria?

Para responder a estas e outras questões importantes e iniciar uma fase de debate eleitoral, visando a formação de chapas, a discussão e aprofundamento de plataformas para a próxima gestão, a diretoria do Sindicato de Arquitetos de São Paulo realizou no último dia 1.º uma assembléia da categoria.

Questões a debater

Para levantar algumas questões que deverão ser debatidas na campanha eleitoral, o Jornal Arquiteto promoveu uma pequena mesa redonda com a participação de Jon Maitrejean, presidente do SASP, Alfredo Paesani, presidente da Federação Nacional de Arquitetos e Cesar Bergstron Lourenço, presidente do IAB-SP e Vicente Wissenbach, pelo Jornal Arquiteto.

Jornal Arquiteto — Quais os problemas que devem ser debatidos no sindicato, o que se espera da categoria em termos de participação neste processo?

Paesani — As eleições para o SASP devem refletir uma preocupação da categoria, de como esta gostaria de ver organizada sua entidade sindical. Acredito que o momento se presta muito para uma discussão, em todos os níveis, sobre o que deve ser o sindicato, sua forma de organização, sua correspondência com a classe. As dúvidas a respeito são muito grandes e necessitamos de um debate conseqüente sobre estas questões. Há, por exemplo, afirmações de que os sindicatos deveriam ser organizados de maneira diversa: o sindicato de assalariados, o de empregadores, sindicatos por empresa. Temos ainda o problema da definição do profissional liberal: ele tem ou não uma característica correspondente a nossa realidade?



O debate e a proposição de um programa para a eleição pode ajudar a definir estas questões. Isto seria muito útil à compreensão do que deve ser a organização das nossas entidades de classe. Digo das nossas entidades, porque evidentemente passa a envolver também entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Instituto Brasileiro de Planejamento, a associação de escritórios de arquitetura etc.

Outro aspecto, da maior importância, a ser levantado, é o do mercado de trabalho: o que é isso? Como é que se compõe, como é que se deve organizar as forças para promover trabalho para a maioria dos arquitetos? Estes pontos se constituirão em propostas programáticas importantes e certamente o contingente mais jovem dos arquitetos teria uma necessidade muito maior de se fazer representar, de transmitir a sua opinião ou organizar um programa desta natureza.

Existem outras atividades que me parecem de extrema importância, como por exemplo o relacionamento com os sindicatos de trabalhadores. Isto já vem ocorrendo, concretamente, no Rio Grande do Sul. No trabalho intersindical, as relações dos arquitetos com as demais categorias trazem uma experiência muito grande, que se reflete no conteúdo, no programa e atuação da entidade dos arquitetos. Ao participarmos dos problemas levados pelos trabalhadores, entramos numa luta comum, ampla.

Finalmente gostaria de ressaltar que as atividades mais concretas de um sindicato devem estar vinculadas à defesa da categoria, do profissional que a compõe. A categoria já possui um salário mínimo profissional, mas circulam no Congresso Nacional quatro projetos modificando-o. Qual a posição da categoria a respeito? O atual deve ser mantido ou modificado? Um trabalho pré-eleitoral poderá levar à organização de programas conseqüentes de atividade sindical?

Maitrejean — O sindicato aqui em São Paulo nasceu mais do esforço de um grupo do que da consciência da categoria. Isto explica de certa forma algumas dificuldades que esta tem em entender a função do sindicato. Nós tivemos duas diretorias. Esta é a terceira. Nas duas primeiras gestões houve um trabalho de implantação, na atual houve a concretização do sindicato em termos físicos e administrativos. Eu gostaria que nas próximas eleições surgissem chapas. Coloque no plural, mais de uma, mais de duas se necessário, que representassem especificamente uma ideologia e um programa muito claro em relação ao que se pensa, ao que se pretende fazer e de que maneira fazer.



Isso não é uma desculpa em função da atuação do sindicato. Pelo contrário, tínhamos uma necessidade muito grande de estruturar o sindicato e isso foi feito. O debate exigido é exatamente sobre a plataforma dessas novas chapas. O Paesani colocou vários assuntos. Eu coloquei mais um, para mim fundamental, que é o debate sobre a CLT. O que vai acontecer com a legislação trabalhista, qual será a nova estrutura sindical do país (caso ela venha a ser alterada). É preciso despertar a categoria para este tipo de problema. Tivemos aqui uma experiência. O Paesani coordenou no sindicato um trabalho sobre a reformulação da CLT, convocando a categoria. Mas a participação foi pequena e fraca em termos do que se pensa de uma nova CLT. Aparentemente este problema não sensibilizou a categoria dos arquitetos. Talvez por falta de um amadurecimento e discussão sobre o que isso representa.

A própria existência de sindicatos de profissionais liberais deve ser claramente discutida. A todo momento ouve-se

falar do assalariamento e da proletarianização do arquiteto, mas que forma estrutural deve ser sugerida? Todos dizem que o sindicato de profissionais liberais é coisa do passado, que a profissão liberal não existe mais. Então, a meu ver, o cerne da questão está aí. O problema não é se deve ou não existir sindicato. Talvez sua existência seja ainda muito mais importante. Acredito que a diretoria a ser eleita deveria ter uma plataforma bastante explícita sobre esse assunto. É necessário que haja razões para votar em uma ou outra chapa, que não apenas o prestígio de um ou outro nome.

Me parece que ainda hoje há um certo desconhecimento, uma dificuldade da categoria entender qual o papel do sindicato. O sindicato, normalmente como definição, é o organismo que defende os interesses econômicos do profissional e dos profissionais da categoria. A expressão usada é sempre econômica, dos interesses específicos dessa categoria. É isso que nós temos que entender.

Abrir o debate é necessário. Acho importante que o **jornal Arquiteto** tome esta iniciativa em termos de divulgarmos para a categoria nossos problemas.

Cesar — Uma eleição numa entidade representativa dos arquitetos, seja o IAB, IBP ou Sindicato, é sempre uma excelente oportunidade para se discutir, e voltar a tomar consciência — como coletividade — da importância e do papel que as entidades podem ter na afirmação da profissão e na representação política dos arquitetos — como de todos os brasileiros — estavam caçadas. Isto é, a possibilidade de manifestar opiniões enquanto cidadãos, era muito restrita. Também a possibilidade de se afirmar ou ganhar campo profissional, conseqüentemente, também sofreu restrições durante os últimos 15 ou 16 anos. E ainda hoje existem muitas destas restrições.



Neste momento, em que se tem alguma possibilidade de discutir certos assuntos, em que grupos civis e sociais voltam à prática da discussão, comecem de novo a se colocar questões da maior importância para os arquitetos, como a lei 5194, a questão da regulamentação da profissão de técnico de nível médio. Essas questões refletem, no fundo, pressões exercidas sobre a sociedade para um rearranjo do campo profissional e nós, arquitetos, precisamos estar realmente or-

ganizados para isso. Nossas entidades estão ainda num processo de saída de uma inércia que nos foi imposta durante muito tempo. Portanto espero ver, durante o processo eleitoral, um debate dinâmico sobre estas questões, para um fortalecimento da entidade e da categoria.

Jornal Arquiteto — Quais os problemas que o sindicato vem enfrentando para convocar a categoria para este debate, para esta necessária participação nas lutas em defesa de sua própria profissão, que sofre agora mais uma tentativa de restrição no campo de atuação?

Maitrejean — Eu sinto que a categoria não entende o sindicato como um instrumento de luta, a luta sempre foi uma atribuição do IAB. Toda a legislação sindical tenta dar ao sindicato um caráter muito mais assistencial do que reivindicatório ou político. Isso é da própria lei, é intencional. Talvez por isso o associado entenda o sindicato como um elemento que lhe prestará algum serviço específico em termos de leis trabalhistas, em termos de acertos contratuais, de assistência jurídica etc.

É preciso travar uma debate em torno de propostas, de plataformas para que o sindicato desenvolva-se plenamente e não apenas como entidade assistencial.

Cesar — Acredito que, se nossos colegas tomarem conhecimento e consciência dos problemas que estão ameaçando nossa categoria, ameaçando no sentido de restringir ainda mais o mercado de trabalho, nossas atribuições profissionais, ele terá uma participação maior, não apenas no processo eleitoral, como também nas entidades. É necessário tomar consciência de que nossas posições, nossas conquistas estão sempre em jogo. Ganhar ou perder depende da eficiência e representatividade de nossas entidades. Quer dizer, com baixo nível de participação, o que se tem é uma pequena eficiência na condução dos problemas políticos e profissionais da categoria.

O número de solicitações e problemas que estão aparecendo para as entidades é cada vez maior. Há pouco tivemos demissões em órgãos públicos, na Emplasa, na Cogep, etc. que apesar de não terem atingido arquitetos, atingiram profissionais que trabalhavam integrados conosco. Pouco antes já tinha havido demissões de arquitetos, houve as demissões de Taubaté e uma série de outros problemas. Cada caso destes, para ser equacionado, encaminhado, demanda muitas horas de trabalho, de participação, de pessoas participando.

O Paesani poderia, agora, fazer um pequeno relato sobre a reunião do CONFEA, em Brasília, o que acredito que servirá para ilustrar como alguns destes problemas são realmente candentes.

Paesani — Tomamos conhecimento neste encontro em Brasília que há mais de trinta projetos em tramitação no Congresso Nacional, pretendendo — de uma maneira ou de outra — modificar a legislação que organiza o exercício profissional do

arquiteto em todos os níveis: desde a promoção do desenhista, que passa a ter atribuições quase de arquiteto, passando por esta mais recente que é a dos profissionais de nível médio e outras tantas que pretendem modificações em nossas atribuições. Isto mostra que precisamos estar vigilantes, atuantes e com argumentos de caráter político. Precisamos para isto de entidades fortes, de uma categoria participante.

Jornal Arquiteto — Que outro tipo de problemas a Federação vem sentindo ao nível da atuação dos sindicatos? Quais as perspectivas que se abrem?

Paesani — Em termos de Federação Nacional de Sindicatos de Arquitetos sentimos como problema mais importante na área sindical o direcionamento do sindicato para dois aspectos: o primeiro, é o do mercado de trabalho e seu comportamento. Como se compõe, como se constrói, e como se gera emprego ou trabalho. Os sindicatos da Bahia, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul estão promovendo debates a respeito e estão surgindo alguns níveis de preocupação.

Questiona-se, e isso é que é importante, a necessidade de gerar trabalho vinculada ao número de escolas de arquitetura, ao número de vagas. Começa-se a perceber que há uma correlação, não quanto à qualidade ou ao nível de ensino, mas quanto à quantidade. Essa relação começa a assumir aspectos gritantes, pois realmente não há trabalho ou emprego suficiente para estes arquitetos. No encontro nacional de sindicatos de arquitetos, a realizar-se em Recife, esperamos obter dados



e subsídios para uma análise criteriosa sobre o assunto.

O problema do ensino está também vinculado àquilo que se convencionou chamar de perfil do arquiteto. Se nós entendemos que há uma forte tendência ao assalariamento, as relações de trabalho serão diferentes e a formação, necessariamente, também deve ser diferente da que aí está

Em segundia o arquiteto Paesani listou algumas das preocupações dos sindicatos de arquitetos e da federação nacional, que resumimos a seguir:

1. A FNA pleiteia representação na Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, do MEC, e inclusive no Conselho Federal de Educação, órgão que autoriza o funcionamento de faculdades, entre outras atribuições;

2. O arquiteto que exerce a atividade de professor deve filiar-se e ser defendido pelos sindicatos de arquitetos;

3. Conscientização dos arquitetos sobre seus direitos, desde como deve ser feito o registro em carteira (mencionando sempre a função de arquiteto), as regras de contratação, os direitos trabalhistas, remuneração mínima, direitos autorais dentro da empresa, etc. "O arquiteto, muitas vezes, não sabe que, ao invés do registro, pode ter um contrato de trabalho";

4. Importância do relacionamento inter-sindical, realizando um trabalho conjunto com os sindicatos de trabalhadores;

5. Modificações na Lei 5194, questionamentos sobre representatividade, democracia, atribuições profissionais.

Finalizando a mesa redonda o presidente do Sindicato e do IAB falaram da necessidade de se gerar mais debates entre a categoria para que os problemas possam ser solucionados de acordo com os interesses da classe e convocaram todos os arquitetos a participarem da campanha eleitoral, quando deverão ser levantadas questões e diretrizes para a atuação do SASP.

COMUNICADO DA FORMAT departamento de cursos

O Sistema Format comunica: os temas a serem abordados em cursos e conferências em sua sede, a partir de 5 de agosto próximo, serão os seguintes:

- 1 - A Cobertura - aplicação e comportamento dos materiais.
- 2 - Utilização de minerais não ferrosos na construção civil.
- 3 - A cor e transparência dos materiais.
- 4 - Estudo de soluções propostas: para edifícios de escritórios, laboratórios e hotéis.
- 5 - A energia solar, sua aplicação na arquitetura e construção.
- 6 - Procedimento construtivo das residências no plano habitacional.

Programa e Informações: telefone 543-7350
Rua Alvorada, 295 - Vila Olímpia

Inscrições até 20 de julho.



As portas automáticas Stanley deixam qualquer projeto mais dinâmico.

Grandes projetos como de aeroportos, shopping centers, hotéis, supermercados, bancos e muitos outros, foram feitos com as portas automáticas Stanley. Elas facilitam a entrada e saída de pessoas e acabam até funcionando como uma área livre tal sua praticidade. Outro fator importante é o isolamento de áreas com ar condicionado. As portas automáticas podem ser instaladas com acionadores hidráulicos, pneumáticos, elétricos, com velocidade regulável e com o controle total na abertura e fechamento. Para indústrias e edifícios comerciais você pode contar também com as cancelas automáticas Stanley, que oferecem toda a segurança. E nos projetos de garagens em residências ou condomínios, nada melhor do que os acionadores automáticos dirigidos por radiocontrol para garantir a segurança e tranquilidade dos moradores. No seu próximo projeto, seja ele qual for, pense na precisão e qualidade já testadas da marca Stanley.

FERRAMENTAS STANLEY S.A. Rua Missionários, 641
Tel.: 247-7744 - Telex: 22069 - CEP 04729 - São Paulo - SP

STANLEY
®

Câmaras de arquitetura debatem problemas profissionais no encontro nacional

A representatividade no Confea e as atribuições dos técnicos de nível médio foram os principais pontos debatidos no último Encontro Nacional de Câmaras de Arquitetura, realizada em março em Aracaju e que deverão ser levados à reunião do Confea no final de julho, em Brasília. Promovidos anualmente com o objetivo de preparar os temas, as propostas para a reunião do Confea, esses encontros são realizados em cada área representada no sistema CREA/Confea. As propostas apresentadas, se aprovadas pelo Confea, voltam a cada CREA em forma de resoluções a nível federal.

"Até hoje, nem sempre, ou melhor, quase nunca, as propostas das câmaras de arquitetura têm tido desdobramentos, na forma de resoluções, dentro do Confea. Por isso, é que a efetiva representatividade do órgão tem sido tão discutida, e não só pelos arquitetos. A própria proposta de reformulação do esquema de representatividade que estamos levando, saída de Aracaju, já havia sido discutida na reunião do Rio de Janeiro, no ano passado", explica Renato Nunes, membro da Câmara de Arquitetura do CREA-SP. Segundo Renato, não se trata de uma análise crítica do funcionamento das entidades, mas uma análise da sua importância para a categoria. "É importante que os arquitetos saibam que para eliminar certos entraves é preciso tempo. É preciso superar procedimentos muito antigos do sistema de representatividade."

Mas, para Renato, a questão que deverá causar maior polêmica é mesmo a das atribuições de projeto ao técnico de nível médio, medida que atinge não apenas os arquitetos mas alguns ramos da engenharia. "Trata-se de uma forma demagógica de abordar o problema, uma vez que a idéia inicial desses cursos era formar profissionais que fizessem a ligação entre o projeto e a obra. Hoje esses profissionais estão com um projeto de lei que lhes garante a elaboração de projetos de até 120 m² que, só na grande São Paulo representa 80% das plantas aprovadas. Nossa proposta é que, como se trata de projeto de lei do Congresso, ele só pode ser combatido pelo próprio Confea, que atua a nível federal."

Além desses pontos, porém, foram também discutidos na reunião de Aracaju as alterações na Lei 5.194, sobre as quais as câmaras de Arquitetura levam propostas que vão da conceituação correta de termos específicos da lei que define atribuições (como conjunto arquitetônico) e outras definições que dificultam o estabelecimento de atribuições até, justamente, as formas de representação. Há ainda propostas no sentido de melhorar os esquemas de fiscalização das empresas que operam com arquitetura e engenharia; outra que propõe eliminação da bi-atribuição, que obriga o profissional a pagar os impostos a cada prefeitura em que se registre, quando sua área de atuação é a prefeitura onde está seu escritório.

"Existe ainda uma proposta importante, que já está sendo tentada em todos os CREAs, que pretende vincular a tabela de honorários ao código de ética, ato já aprovado pelo CREA-PR. Aparentemente, poderia se supor que seria mais uma forma de pressionar o profissional mas, na realidade, segundo a experiência dos paranaenses, esse instrumento veio favorecer os arquitetos na contratação de trabalho, tanto público quanto privado. Temos discutido muito a questão da tabela

de honorários no IAB e no sindicato, mas acredito que ela só pode ser efetivada através do sistema CREA/Confea."

Antes de chegar à reunião do Confea, no final do mês, essas propostas deverão ser discutidas e reforçadas por moções na reunião do Cosu, a se realizar no início de julho, em Olinda. "Para que isso volte à área profissional depende apenas de encontrar o canal aberto no Confea", conclui Renato.

Paisagismo tem curso de especialização na FAUUSP

A FAUUSP iniciará no dia 28 de julho próximo um curso de Especialização em Paisagismo que tratará, entre outras coisas, do Meio Ambiente, paisagens, bases naturais da paisagem, uso do solo, paisagem urbana, desenho urbano, vegetação, projetos de plantação e de manutenção, topografia e drenagem, conforto ambiental e iluminação artificial.

O curso, que tem como objetivo a atualização e o intercâmbio de conhecimentos para profissionais que atuam na área de paisagismo, contará com a presença de Miranda Magnoli, Mário Franco, Rosa Kliass, Esther Gutfreund, Manoel Correa de Andrade, Luiz Emydio de Mello Filho, Michel Laurie. As matrículas encerram-se dia 10 de julho e podem ser feitas na Secretaria de Pós-Graduação da FAUUSP. Para tanto deve-se levar ficha de inscrição, "currículo vitae", declaração de intenções com justificativa do interesse no curso de especialização e assunto de maior interesse do candidato na área de paisagismo e pagar uma taxa de inscrição de 730 cruzeiros. O curso terá um custo total de 16 mil cruzeiros, que podem ser parcelados, pagos diretamente na Fundação para a Pesquisa Ambiental — FUPAM — agência n.º 265 do Banco Itaú, conta 15.439/3, avenida Dr. Vital Brasil, 160, Butantã.

Arquitetos discutiram desatrelamento sindical

A necessidade dos trabalhadores de se organizarem livre do controle do Ministério do Trabalho para melhor defender seus interesses de classe, demonstrada nas lutas recentemente levadas em todo o país levou dezenas de sindicatos e associações de trabalhadores a realizar, no dia 14 de junho último, o I Encontro de Trabalhadores em Luta Contra a Estrutura Sindical. Esse encontro elegeu delegados e definiu uma tese para ser levada pelos trabalhadores paulistas ao Encontro Nacional.

No caso dos arquitetos, a participação desse encontro foi preparada em quatro debates realizados na sede do SASP no início de junho, quando se discutiu a situação geral do mercado de trabalho (emprego, desemprego e subemprego), Cooperativa, concursos públicos, estrutura sindical (O Atramento ao Estado e a Multiplicidade de Associações), além de terem sido eleitos delegados para o Encontro Regional de Trabalhadores. Entre os participantes estavam Mayuni Souza Lima, Ari Fernandes, Jon Maitrejean, Clara Ant, Luís Gushiken, José Coelho, entre outros.

ESFERA

COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA,

CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS PISCINAS ARGAMASSA ARMADA

Rua Alvarenga, 2.227 - CEP 05509
fones: 210-7102/210-1605 SÃO PAULO-SP

Arquitetos podem ter dissídio salarial?

A Comissão salarial do SARJ realizou e publicou recentemente em boletim de abril último uma entrevista com o advogado Francisco Domingues Lopes, assessor jurídico daquele sindicato sobre o movimento sindical e reivindicações dos trabalhadores, a CLT e a campanha salarial.

Comissão Salarial SARJ — Com o processo de abertura política em curso no país e ressurgimento do movimento sindical brasileiro, como definiria as principais reivindicações, hoje, dos trabalhadores?

Francisco D. Lopes — Há reivindicações de ordens diversas. Do ponto de vista da organização dos sindicatos, me parece que as reivindicações básicas são as seguintes: um sindicato livre, um sindicato que tenha independência de atuação, inclusive dentro da empresa, através de delegados sindicais portadores de estabilidade. Esta é uma das reivindicações mais sentidas; liberdade de atividade e sobretudo a desvinculação do sindicato da tutela do Ministério do Trabalho, que hoje tem a possibilidade de controlar praticamente todos os sindicatos, pela faculdade que a legislação lhe confere de até intervir nas entidades. Outras reivindicações vão surgindo, para além do âmbito sindical, que são de ordem econômica e de ordem política. Centralmente, é o direito à livre negociação, à negociação direta com os empregadores, para a fixação de salários, como ocorre em todo o Mundo, onde livremente se negociam salários e não se depende de índices oficiais cabalísticos. Enfim, me parece que os sindicatos querem discutir livremente, cada um com a sua capacidade de negociação, pressão e resistência, fixar livremente salários e condições de trabalho. Esta é uma reivindicação de ordem econômica. Há reivindicações que são de ordem econômica e política. A estabilidade do emprego, é uma reivindicação seríssima, pois a mim me parece que não existe direito individual do trabalho, se não existe estabilidade. (...) Outra reivindicação, de âmbito coletivo, é o direito de greve. O amplo direito de greve, como foi aprovado no último encontro de advogados trabalhistas aqui no Rio. É o direito da greve sem regulamentação, porque na Constituição se diz que é garantido o direito de greve, na forma em que a lei regulamentar. E eu estou convencido de que só existe uma lei democrática da greve: é nenhuma lei, pois a regulamentação do direito de greve acaba por eliminar ou, ao menos, dificultar o exercício desse direito.

C.S. — Há um aspecto que me parece prioritário, que diz respeito à estrutura sindical, isto é, pretende-se ampliar o âmbito de cada sindicato, ampliar as suas bases, dentro de um mesmo ramo de produção. Como você vê esta questão?

F. — No Brasil a organização sindical é

completamente tutelada; há um anexo à CLT que diz quais são os sindicatos que podem ser organizados. Não é permitido organizar livremente sindicatos, organizar o sindicato dos empregados de tal atividade. Tem que se verificar antes se esta atividade está prevista na CLT, o que é chamado de enquadramento sindical, que é decidido numa monstruosa comissão, que, na dúvida, dir-me a questão. Há uma tabela onde cada Sindicato se enquadra. É claro que, com a abertura, a discussão começa a surgir. A primeira coisa é derrubar esse enquadramento sindical e permitir a livre organização dos Sindicatos.

C.S. — Você acha possível fazer uma ponte entre essas reivindicações que você apontou, do movimento sindical, com as reivindicações dentro mesmo da revisão da CLT, por parte dos Sindicatos dos profissionais liberais ou mesmo do Sindicato de Arquitetos com outras entidades, com a Federação, por exemplo?

F. — O Anteprojeto foi retirado de discussão e parece que uma outra comissão será constituída, para o fim de elaborar um novo Anteprojeto. Acho que o Sindicato, em primeiro lugar, deve unificar a banda dele, a banda dos arquitetos, através da Federação, através de contatos intersindicais de arquitetos, depois com sindicatos de outras profissões liberais, tais como médicos, engenheiros, professores etc. Procurar contatos por aí com os demais sindicatos, de forma a unificar uma posição com relação à Legislação do Trabalho que os sindicatos querem. Este me parece o caminho e a forma que o Sindicato dos Arquitetos pode encontrar para colocar a sua contribuição. O Sindicato dos Arquitetos o que fez até agora foi pegar a contribuição dos outros Sindicatos de Arquitetos e de outras entidades e procurar criar um documento basicamente de sistematização dessas contribuições, ou uniformizando, compatibilizando, enfim, é trabalho pequeno, mas que já demonstra uma preocupação inicial do Sindicato com a reforma da CLT. Se vier o Anteprojeto, o Sindicato então vai ter condições de sistematizar esta discussão, de ampliá-la, de realizar uma Assembléia, de organizar um grupo de estudos ou uma Comissão que prepare alguma coisa para a Assembléia discutir, enfim, algo que possa enriquecer a discussão. Eu acho que o Sindicato deve ter uma visão geral, sem abandonar uma visão particular. Porque a visão geral muita gente vai ter, sindicatos mais fortes vão ter. Então, no capítulo dos arquitetos, salário mínimo profissional etc. o Sindicato deve fazer o seu trabalho, o melhor possível. Porque isso ninguém vai fazer por ele. Como no outro Anteprojeto o trabalho dos arquitetos era disciplinado juntamente com outros profissionais de nível superior, é possível que neste novo Anteprojeto, que talvez venha por aí, também isto seja assim tratado. De forma

que seria bom um contato com esses Sindicatos, a fim de conseguir-se uma contribuição particular, de como esses profissionais encaram a sua parte no Anteprojeto da CLT e que modificações eles pretendem, que reivindicações eles têm, com relação à jornada de trabalho, ao salário mínimo profissional, essas coisas todas que os outros sindicatos não vão se preocupar, claro que não vão se preocupar, porque é uma coisa muito particular dos profissionais de nível superior.

C.S. — Há problemas que são comuns a engenheiros e arquitetos. Que acha da criação de uma associação de profissionais junto com os engenheiros?

F. — A criação de uma associação traria indiscutivelmente inúmeras vantagens. Em primeiro lugar porque teria mais liberdade de ação que os sindicatos que, como vimos, são entidades tuteladas; seria um organismo mais maleável. Poderia servir de apoio a ações conjuntas dos sindicatos e mesmo ir além, servindo como interlocutor nas negociações com o Governo. Além do mais, contribuiria para a unidade de ação de engenheiros e arquitetos, não só em matéria reivindicatória, mas cultural e política.

C.S. — Que ajuda a assessoria jurídica do Sindicato pode dar à campanha pelo cumprimento da lei?

F. — Se a campanha se desenvolver com seriedade e profundidade, penetrando na compreensão dos problemas da categoria, acredito que a assessoria jurídica poderá dar uma contribuição bastante grande, encaminhando soluções, quer ajuizando reclamações trabalhistas, quer acionando a fiscalização do Ministério do Trabalho.

A campanha — tenho certeza — irá inaugurar uma nova era nas relações profissionais, de maior responsabilidade, de respeito, enfim, pelo trabalho do arquiteto.

Francisco Domingues Lopes é o assessor jurídico do SARJ, desde a sua criação.



GTO-Grupo Técnico de Obras S.A.

RUA AVANHANDAVA, 126 2º ANDAR PABX 257 2300

Direitos Autorais: algumas vitórias num processo moroso

Já dura dois anos o processo administrativo judicial na 4.ª Vara Cível, iniciado pelo arquiteto Sergio Pileggi contra o arquiteto Sergio Pileggi contra a Construtora Adolpho Lindenberg, por modificações introduzidas pela construtora no projeto de um edifício, localizado na alameda Lorena, realizado pelo arquiteto, num caso típico de violação de Direito Autoral. A construtora utilizou o projeto de Pileggi, integralmente, mas na fachada, transformou o projeto em estilo Mediterrâneo.

"O fato de Sergio Pileggi ter um bom currículo, ter uma linguagem arquitetônica personalizada, própria, facilita o processo. Mas mesmo assim está sendo difícil, pesado. Veja que em dois anos o processo judicial ainda está em fase de perícia — feita pelo engenheiro Rafael Camargo Simões —, o da prefeitura não ainda e o do CREA sofreu entraves incríveis por parte de alguns conselheiros que por duas vezes questionaram o parecer de Renato Nunes, considerado impecável," explica a advogada Lillian de Melo Silveira, que presta assessoria jurídica ao Sindicato dos Arquitetos de São Paulo e que está cuidando do caso.

Segundo Lillian, no entanto, algumas vitórias importantes foram conseguidas como a ratificação do parecer de Renato Nunes (representante do IAB no CREA) por Maria Cadunc, da prefeitura, e pelo CREA — depois dos dois questionamentos —, e o próprio fato da existência desse processo, pois os arquitetos em geral têm medo de mover esse tipo de ação, o que incentiva construtoras e proprietários a não respeitar a autoria do projeto, introduzindo modificações. "Está certo que este é o primeiro caso, pelo menos conhecido, de mudança de estilo; em geral, o que se faz é introduzir pequenas modificações no projeto. Mas, de acordo com a lei, mesmo pequenas modificações só podem ser feitas pelo próprio autor do projeto. Caso ele se recuse, e seja comprovada a solicitação, as alterações ou modificações podem ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado. O que não foi o caso".

Quando iniciou o processo, Pileggi pretendia que o prédio não fosse construído. Hoje, porém, como já está pronto, ele pretende uma indenização por violação de Direito Autoral, calculada pela tabela do IAB. "Acontece que a lei que estabelece o pagamento de indenização para esses casos é de 1966 (n.º 5.194), existindo uma outra, de 1973 (n.º 5.988), que apenas prevê o repúdio da obra por parte do autor. Baseado nisso, os advogados da construtora conseguiram um parecer do advogado Antonio Chaves, considerando o art. 18 da 5.194, que prevê a indenização, não em vigor, por considerá-lo derogado pela lei posterior. Isso porém não ocorre pois os dispositivos legais de uma

e de outra lei não estão em conflito, pelo contrário, se completam. O repúdio é um direito e não uma obrigação ao passo que a consulta ao autor para realizar modificações, com comprovação, é essencial".

Além disso, segundo Lillian, a ratificação do parecer de Renato Nunes (ver íntegra nesta edição) pela prefeitura, através de Maria Cadunc, e pelo CREA, consideram esse artigo em vigor. "Como essa questão atinge toda a categoria, o Sindicato de Arquitetos de São Paulo pleiteia sua condição de assistente no processo (o assistente é alguém que tem interesse

na ação). Mas a Justiça ainda não deu seu parecer sobre isso".

No processo está sendo utilizado como antecedente o caso Rodolfo Ortemblad Filho que em 1963 iniciou processo semelhante. O caso, porém, era mais difícil porque ele não havia feito todo o projeto mas assim mesmo ganhou a causa. Outro dado utilizado é uma decisão da Procuradoria da Justiça de Portugal que deu ganho de causa ao arquiteto que tinha tido seu projeto modificado sem sua anuência, mesmo ele tendo feito cessão de seus direitos. No caso do Pileggi nem isso acontece".

SEGUROS EM GERAL

Seguros de Automóveis
Financiamento e Facilidades

R. Anita Garibaldi, 45 - 8º - S/807
tel. 36-5661 - SP.

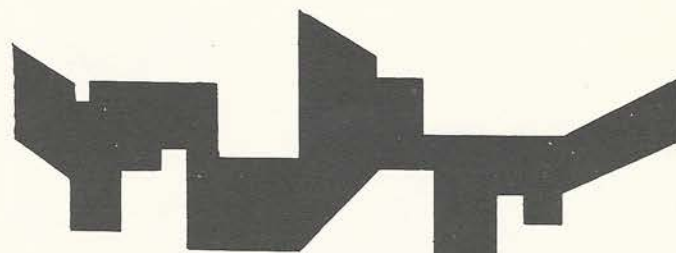
artesanaria

Arte, Artesanato e Objetos

Carlos Takaoka

Circo da Pça. das Bandeiras
de 3.ª a sábados

Residência:
R. João Moura, 1192 - tel.: 64-2353



utilize o processo

megsa

de impermeabilização: simples

seguro

duradouro

rua venâncio ayres, 647 s. paulo 62 4600

62 2102